

Volume

2

ISSN 0104-6551

Série Documental

RELATOS DE PESQUISA

2ª Edição

6

Ação Cultural e Educacional da Biblioteca
no Âmbito da Escola de 1º Grau

7

Metodologia da Alfabetização de Adultos:
um balanço da produção do conhecimento

8

O Visitante Inoportuno: o estudo da escola
num grupo tribal

9

Do Discurso da Greve à Ação do Nepe:
uma forma diferente de fazer/conceber
a universidade

10

Efeitos da Simulação Computadorizada
no Ensino da Atividade de Visita Domiciliar

11

A Prática Cotidiana dos Profissionais
da Educação em Escolas Públicas: a difícil
relação teoria-prática

12

Municipalização do Ensino: discurso oficial
e condições concretas de implantação

13

Avaliação das Experiências de Educação
de Jovens/Adultos de Santa Catarina

14

O Perfil Sociocultural de Alguns
Trabalhadores do Ensino de 2º Grau
Mediante seu Cotidiano

15

Descentralização, Política Municipal
de Educação e Participação no Município
de São Paulo

16

A Realidade da Preparação para o Trabalho
na 2ª Região Escolar São Leopoldo (RS)

17

Qualidade de Ensino:
velho tema, novo enfoque

INEP

188888888888
388888888888

Do Discurso da Greve à Ação do Nepe: uma forma diferente de fazer/conceber a Universidade*

Marlene Ribeiro
(Coordenadora)
Cidúlia D. S. Melo

ENTENDENDO AS RAZÕES DA PESQUISA

Oportunamente, a exigência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) nos impôs uma reflexão sobre o que, na época do financiamento do projeto “Dinamização do Nepe”, era apenas uma proposta de implementar um Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais (Nepe), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), e que, hoje, se tornou uma realidade.

O relatório final da pesquisa recebeu o título de *Catálogo preliminar de estudos, experiências e pesquisas educacionais no Estado do Amazonas*, tendo em vista o objetivo a que se propôs. Como diz o nome, recupera estudos, experiências e pesquisas de educação formal, não-formal e informal feitas no Estado do Amazonas.

Entendemos que a crise vivenciada pela sociedade, mais particularmente pela universidade brasileira, há que ser entendida como um momento muito rico de contradições. No interior destas é possível perceber não só o movimento que aponta para o sucateamento e a privatização, mas também para experiências que têm sua origem em setores tradicionalmente

marginalizados da vida acadêmica. Tais experiências parecem ter algo de novo que rompe com a natureza elitista, com o conteúdo metafísico e com a metodologia retórica que têm caracterizado o ensino nas nossas universidades.

É para essa direção que pretendemos encaminhar a nossa análise, particularizando a conjuntura de conflitos em que se constrói o Nepe na Ufam, onde parece haver diferentes concepções de universidade em confronto.

A LUTA POR UMA UNIVERSIDADE DIFERENTE

Para entender a criação das universidades brasileiras, neste século, é preciso visualizar as forças que se enfrentam para impor, de um lado, o modelo tradicional importado da Europa – cuja expressão mais acabada foi a Universidade de São Paulo¹ – e, de outro, o liberal burguês, tentado no Distrito Federal por Anísio Teixeira,² como também o liberal nacionalista, projetado para a Universidade de Brasília por Darcy Ribeiro.³ Ditaduras civil e militar não permitiram que as duas últimas experiências tivessem continuidade, para que pudessem ser avaliadas.⁴

* Publicado originalmente na Série Documental/Relatos de Pesquisa, n. 9, outubro de 1993, como artigo-síntese, exigência do convênio de financiamento de pesquisa nº 38/91, firmado entre o Inep e a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, cuja conclusão deu-se em maio de 1991.

¹ A primeira Universidade a ser criada e organizada no Brasil segundo as normas dos estatutos das universidades foi a Universidade de São Paulo (USP), em 1934 (Romanelli, 1983, p. 132).

² Em 1935, Anísio Teixeira criava a Universidade do Distrito Federal, caracterizada por não possuir as três faculdades tradicionais e ter uma Faculdade de Educação. A experiência foi extinta em 1939, ao incorporar-se à Universidade do Brasil, na qual se transformara a Universidade do Rio de Janeiro (Romanelli, 1983, p. 133).

³ Em 1961, foi fundada a Universidade de Brasília (UnB), com a finalidade de “Formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro, na luta por seu desenvolvimento econômico e social (Cunha, 1989, p. 71). Sobre o assunto, consultar também Ribeiro (1961).

⁴ Para Darcy Ribeiro (1988, p. 46-47), a UnB “Universidade necessária”, com a intervenção militar, transforma-se em “utopia vetada” ou “ambição proibida”. Segundo Cunha, a UnB sofreu críticas, tanto da direita quanto da esquerda, mostrando sua inadequação à situação do País.

A Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68)⁵ impõe o modelo americano. Isola as universidades nos *campi*; pulveriza alunos matriculados por créditos, ao mesmo tempo, em diferentes cursos; reforça o corporativismo e a especialização docente com a criação dos departamentos. Perde, de uma vez por todas, a visão de totalidade, característica dos cursos, e alguns tímidos vínculos com as camadas subalternas ensaiados pelas organizações estudantis, com a criação dos Círculos Populares de Cultura.

O ensino continua o mesmo: repetitivo, livresco, descolado da realidade. Mas é eficiente no que se propõe: impedir a continuidade do processo de discussão e crítica da universidade brasileira, com vista à formulação de alternativas. E, ainda, contribui para a implantação definitiva do modelo de industrialização atrelado ao capitalismo internacional, para quem pretende formar os profissionais de nível superior.

Enquanto durou a farsa do “milagre econômico”, havia verbas para pesquisas e salários razoáveis para os docentes engajados ou conformados com o modelo imposto. O processo de crítica foi inviabilizado sob violenta repressão, com invasão às universidades, destruição de laboratórios e bibliotecas, prisões e exílio de professores e estudantes.⁶

Mas a máscara é insustentável por todo o tempo. A face perversa do regime militar começa a ser desvelada não só no que atinge diretamente a vida acadêmica, mas especialmente as camadas subalternas, cujos operários, já sem terem mais o que perder, mobilizam-se nas grandes greves do ABC paulista, a partir de 1978.

Inicia-se, assim, um novo ciclo para a sociedade brasileira, a qual assiste à erupção de novos sujeitos políticos, que se haviam mantido até então imobilizados pela coação física, econômica e ideológica. Organizadamente, colocam-se em cena movimentos sociais que obrigam a Ditadura a negociar a sua participação nos processos político-decisórios do País.

Também os segmentos acadêmicos, através de suas entidades representativas (UNE, Andes, Fasubra), empunham a bandeira histórica de luta por uma universidade brasileira diferente daquela que foi proposta pela Reforma Universitária; que assuma na prática seu caráter de universalidade e que seja realmente pública, gratuita e competente. Nesses movimentos, observa-se também uma preocupação, cada vez maior, com a imensa maioria da população que, historicamente, não tem tido acesso sequer à escola pública elementar.

QUANDO A MUDANÇA EXIGE ESTRATÉGIA E (POR QUE NÃO DIZER?) MUITA SAGACIDADE

A Universidade Federal do Amazonas não ficaria insensível a todas as mudanças que estavam ocorrendo no País. Além destas transformações, é preciso considerar o seu processo histórico. Foi a primeira universidade criada no Brasil, em 1909, como Universidade Livre de Manaus. O apogeu e a decadência da economia extrativista da borracha determinaram sua fundação e extinção, permanecendo teimosamente a Faculdade de Direito.

Na década de 50, iniciaram-se as discussões no Congresso Nacional, visando formular uma política para a Amazônia, cuja exploração foi definitivamente integrada ao capital internacional, sendo uma das estratégias utilizadas para isso a implantação do modelo Zona Franca de Manaus, em 1967. Nesse processo, é recriada a Fundação Universidade do Amazonas, em 1962, iniciando-se o funcionamento dos cursos de licenciatura em meados da década de 70.⁷

Vemos a retomada das discussões e críticas, em nível nacional, sobre a realidade acadêmica, especialmente à Reforma Universitária, bem como às condições econômicas e políticas que determinaram a recriação da Universidade do Amazonas, em meio a contrastes gritantes de lucros gerados pela Zona Franca, e à

⁵ O projeto de Reforma Universitária foi gerado e desenvolvido no interior do movimento estudantil, tendo o governo militar após 1964 se apropriado dessa bandeira, direcionando a segundo seus interesses “modernizantes” (Cunha, 1989, p. 207).

⁶ Sobre este assunto, consultar Ventura (1968) e Romanelli (1983), entre outros.

⁷ Sobre o processo histórico de criação da Universidade do Amazonas, consultamos Araújo (1985) e Cunha (1980, p. 177).

miséria da população trabalhadora amazonense, de origem rural e indígena, como propícios ao surgimento de um pensamento crítico, inovador, nessa universidade.

Em duas frentes era possível observar uma agitação e inconformismo maiores por parte de professores e alunos: na pesquisa, onde era exigida a definição de uma política para a área, e nos cursos de licenciatura, responsáveis pela formação dos profissionais de ensino, cujo perfil se distanciava das escolas de 1º e 2º graus.

Seminários e encontros regionais e locais, de 1981 a 1983, discutiam e propunham uma política de pesquisa para a Universidade do Amazonas e, mais especificamente, para a Faculdade de Educação, à qual está vinculado o Nepe, que pretendemos aqui analisar. Fortes críticas eram dirigidas aos currículos das licenciaturas. Questionava-se o curso de Pedagogia pela formação compartimentada do especialista, em detrimento do educador; pelo desconhecimento da problemática nacional e regional, onde se inseria a educação; pelo tecnicismo, que fundamentava as tradicionais receitas didático-pedagógicas de orientação, supervisão e administração escolares; por fim, pelo descompromisso com a problemática do “fracasso escolar”, que aflorava da realidade, palco de atuação do egresso da Ufam, até pelo desconhecimento dos determinantes históricos de produção deste “fracasso”, numa sociedade de classes.

Particularmente nos incomodava que a Faculdade de Educação formasse “especialistas”, que iriam intervir nos processos pedagógicos como orientadores, supervisores e administradores sem receberem uma formação básica como docentes ou, o que é pior, muitas vezes sem nunca ter entrado numa sala de aula, pois sequer no estágio previsto no currículo era-lhes exigido isso.

Se é verdade que a maioria dos professores e estudantes faziam críticas ao currículo do Curso de Pedagogia, não havia consenso, às vezes, nem suficiente clareza, sobre o que e como modificar. Observávamos que, sob a aparente justificativa de defesa da autonomia dos departamentos acadêmicos, alguns professores apresentavam forte resistência a propostas de

reformulação curricular, temendo a perda de privilégios já incorporados às suas práticas.

A primeira tentativa coletiva, interdisciplinar, de pesquisa com metodologia participante (Educação no Meio Rural do Amazonas – 1983–1986), desenvolvida em Maués (AM), desencadeou mudanças significativas nas práticas de pesquisa, tendo o mérito de romper com alguns padrões que vigoravam na Faculdade de Educação. Colocou em prática uma luta, iniciada em 1981, para o estabelecimento de condições que permitissem aos professores se engajarem em pesquisas. Não qualquer pesquisa, pois uma ou outra, existente, assim se definiam. Não trabalho solitário, de propriedade de um único autor. A citada pesquisa propunha-se a ser um trabalho coletivo, interdisciplinar, em que os discentes tivessem participação igualitária e os sujeitos pesquisados fossem, efetivamente, sujeitos da construção prático-teórica pretendida no projeto, que, ao definir-se pela “Educação Popular”, trazia para o debate as relações sociais de classe que condicionam a educação na sociedade capitalista.

A linha metodológica adotada pelos pesquisadores fez com que os objetivos do projeto escapassem ao seu controle, com o engajamento dos professores rurais nas ações, redimensionando-as e desnudando-as em seu caráter político-ideológico. A equipe chegou ao final da pesquisa cindida em dois grupos, com visões divergentes de Educação Popular. Ainda não foi feita uma avaliação, que entendemos necessária, desta e de outras experiências que trazem novas questões, embora permaneçam presas às velhas estruturas acadêmicas.

É nesse contexto que se constrói em praticamente oito anos uma proposta de reformulação do curso de Pedagogia, fundamentada em encontros de educadores, semanas de pedagogia, assembléias de professores e alunos. Tem por justificativa as críticas acima referidas. Procura resgatar a formação básica do educador, como docente, para as séries iniciais do 1º grau, a integração dos conteúdos, via planejamento conjunto, alterando a organização do trabalho dos professores, e propõe a articulação real entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Pretende atingir a problemática da qualidade do ensino pela formação, em nível superior, dos educadores de

1º grau – polêmica bastante acirrada tanto nos encontros nacionais da Associação Nacional dos Cursos de Formação do Educador (Anfope) como na elaboração do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diz o documento da Reformulação, elaborado por uma comissão de docentes e discentes, eleitos para tal:

A proposta de reformulação do curso de Pedagogia deve, pois, fundamentalmente, voltar-se para o processo de revalorização do magistério e da escola, preocupando-se, de modo especial, com a formação de educadores de nível superior, que atenda às necessidades das séries iniciais do 1º grau e pré-escolar. As habilitações técnicas, mesmo as voltadas para a escola, não devem deixar de atender a problemas que requerem atenção especial, como a educação de adultos e a educação de excepcionais.

Por ocasião da greve das instituições de ensino superior federais, em maio de 1989, as questões que precisavam ser amarradas para a finalização da proposta de reformulação do curso de Pedagogia foram colocadas em pauta nas reuniões setoriais da Faculdade de Educação. Foi o momento em que nós (Marlene e Cidúlia, acompanhadas por Esther M. Ferreira e Theodósia L. Correa, que depois aderiram à proposta) sugerimos que fosse incluída, como item de pauta, a criação de um núcleo de pesquisa em educação, cuja proposta já havíamos delineado alguns pontos.

Essa discussão nos parecia pertinente por duas razões. Primeiro, porque já era uma reivindicação antiga da Faced a criação de um instrumento centralizador, de produção e divulgação de pesquisas educacionais. Em segundo lugar, observávamos forte resistência a mudanças significativas previstas na reformulação curricular. Só para ilustrar o fato, o projeto foi aprovado em outubro de 1990 pelo colegiado do curso, mas até o final de 1992 não havia ainda sido implantado, o que impossibilita obter elementos para avaliar o alcance daquelas mudanças.

Se a reformulação do currículo era inviabilizada por divergências ideológicas e práticas conservadoras de manutenção do *status quo*, a criação de um núcleo implicava obstáculos não

menores, pois, como diz Buarque (1991, p. 7): “O surgimento de núcleos de estudo das áreas alternativas, em vez de elementos de criatividade e renovação para o momento, é visto como exoterismo inconseqüente, como ameaça à boa imagem de seriedade da instituição”.

As contradições manifestas no discurso de aprovação, apropriadas da justificativa do projeto “Dinamização do Nepe”, e nas práticas de inviabilização do mesmo pela proibição das professoras envolvidas de diminuir sua carga horária de ensino evidenciam o conflito em que se constrói o núcleo. Posto em discussão o projeto “Dinamização do Nepe”, foi o parecer de seu relator⁸ aprovado por unanimidade:

É uma proposta que surge em decorrência da necessidade de nuclear as práticas pedagógicas num centro onde as mesmas possam ser discutidas, avaliadas, redimensionadas, tendo as teorias científicas como referências. O referido projeto, que vem teoricamente bem fundamentado, propõe a implantação do Nepe na Faculdade de Educação, para socializar conhecimentos, trabalhos e pesquisas existentes na área, no sentido de superar a pedagogia do senso comum, das receitas prontas, dos preconceitos, para co-produzir a ciência da educação, pela reinvenção das práticas, onde quer que as mesmas se realizem, dentro ou fora da escola. Assim se objetiva materializar o Projeto de um Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais (Nepe), enraizado na vida acadêmica da Faculdade de Educação da UA, capacitando-o a assumir seu papel de pólo gerador de uma política para a educação no Amazonas, vinculado com a comunidade, na periferia, e envolvendo alunos e professores. *Considerando a relevância científica desse empreendimento, o meu parecer é que se APROVE o referido projeto, ouvindo-se inicialmente os departamentos e a coordenação do curso de Pós-Graduação e Mestrado da Faced. Recomenda-se, outrossim, que a execução desse projeto não traga prejuízo acadêmico aos Departamentos, evitando-se a retirada dos professores da sala de aula (grifos nossos).*

Portanto, foi a partir do discurso da greve, onde aproveitávamos o momento para reavaliar o trabalho que fazíamos na universidade, que

⁸ Ata do Conselho Departamental da Faced/Ufam, de 24/8/1989.

passamos à prática, uma vez que a repetição da retórica já não nos satisfazia. Ansiávamos por sair do imobilismo discursivo e da transmissão estéril de “teorias críticas” para testar, na prática, as nossas concepções. Era um desafio que valia a pena enfrentar, para dar sentido ao fazer pedagógico na Universidade. Assim justificávamos a criação do Nepe:

As discussões posteriores levadas a efeito em encontros subseqüentes, com a participação de especialistas das redes estadual e municipal de ensino, têm apontado para a necessidade de nuclear as práticas pedagógicas num centro onde as mesmas possam ser discutidas, avaliadas, redimensionadas, tendo as teorias científicas como referência, não como dogmas, pois, sendo históricas, se refazem e enriquecem com as práticas sociais que as constituem. Essa necessidade, há muito percebida, gerou o projeto de criação do Nepe, na perspectiva de articular as práticas pedagógicas que se desenvolvem nas instituições, entidades e movimentos que respondem pela educação formal, não-formal e informal. Sobretudo, o Nepe tem como proposta amarrar os vínculos da Faculdade de Educação com a sociedade, para a qual pretende formar educadores como, por outro lado, abrir suas portas à entrada do novo, presente na sociedade constantemente em movimento (*Projeto de dinamização do Nepe*, p. 5).

O Nepe justifica-se, também, pela necessidade expressa por professores e alunos de se estabelecer uma articulação entre o nosso trabalho, como professoras de uma Faculdade de Educação, e as experiências educativas que ocorrem em outros cursos de formação de profissionais do ensino, dentro da própria Universidade, nas várias licenciaturas. Por outro lado, sempre se questionou muito o distanciamento entre o curso de Pedagogia e os professores de 1º e 2º graus, vinculados às Secretarias Municipal e do Estado da Educação e Cultura.

Percebíamos esse distanciamento, ainda de forma mais acentuada, da Faced em relação às experiências desenvolvidas em sindicatos de trabalhadores, associações de moradores, pastorais populares, organizações indígenas e em outras entidades representativas dos movimentos populares ou de apoio e assessoria aos mesmos.

Sabíamos que tais entidades desenvolviam um trabalho educativo da maior importância e que a maioria dos professores e alunos da Faced, responsáveis diretamente pela produção de conhecimentos em educação, ignorava existir tal trabalho. Preocupava-nos essa situação. Em razão disso, da necessidade sentida de transpor os “umbrais do castelo”, é que surgiu a idéia do Nepe, que motivou a nossa luta para criá-lo e implantá-lo na Faced, como uma alternativa para a formação do docente-pesquisador e para a produção de conhecimentos na área da Educação Popular.

A partir da aprovação do projeto de “dinamização do Nepe” pelo Conselho Departamental, tentamos o financiamento através do Inep. Enquanto o aguardávamos, meio desesperanças pela situação em que ficaram os organismos de pesquisa no governo Collor, começamos o levantamento dos dados para a elaboração do Catálogo, com bolsistas do Programa de Iniciação Científica (Convênio CNPq/Inpa/Ufam), no Mobra e na Fundação Educar (extintos), na Secretaria Municipal de Educação (Semed), na Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc) e nos cursos de Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Em 1990, o Inep aprovou o primeiro objetivo específico do projeto, efetuando o convênio somente em setembro de 1991,⁹ no qual nos propúnhamos a “Recolher e catalogar estudos, experiências e pesquisas na área da educação formal, não-formal e informal, inicialmente no Município de Manaus, estendendo-se, gradativamente, na medida das possibilidades e oportunidades, aos demais municípios do Estado.”

Assim começa a materializar-se a idéia inicial do Núcleo sem estar ainda institucionalizado, o que demandaria outras estratégias.

ARTICULANDO UNIVERSIDADE E COMUNIDADE: AS AÇÕES DO NEPE

Em princípio, a idéia do Nepe – de efetivamente articular ensino, pesquisa e extensão; de integrar departamentos e disciplinas; de desenvolver um trabalho articulado com o ensino de 1º e 2º graus; de romper as barreiras que separam a comunidade

⁹ Aprovação comunicada pelo Ofício Inep 14/90 e pelo Convênio nº 38/1991, firmado entre o Inep e a Ufam.

da Universidade; e desta cumprir sua vocação social e o seu compromisso com setores marginalizados que a sustentam – aparece, de formas diferenciadas e mais ou menos contundentes, em documentos oficiais, discursos e propostas das diferentes concepções de universidade.

São esses os princípios sobre os quais se fundamenta a proposta e que vêm orientando as práticas do Nepe. No entanto, mecanismos sutis ou manifestos são colocados, cotidianamente, à efetivação do Núcleo, sendo este fonte constante de conflitos.

Esse processo é, ao mesmo tempo, desgastante e criador, porque fortalece o coletivo, que precisa estar unido para vencer as barreiras, mas não fechado a novas adesões e apoios externos ao Núcleo. Também obriga a equipe a refletir e avaliar, constantemente, as ações pelas quais implementa os projetos do Nepe.

As divergências foram ficando mais claras durante a aprovação do regulamento pelo Conselho Departamental da Faced. Foram questionados os objetivos; as formas de vínculo; a constituição e escolha do(a) coordenador(a), que transcende os limites da direção, uma vez que a eleição direta poderá indicar, para coordenar o Nepe, um(a) professor(a) de outro instituto, um(a) estudante ou até uma liderança do movimento popular, integrada ao Núcleo. A adesão à proposta de professores e alunos que não fazem parte do coletivo do Nepe garantiu a aprovação de seu regulamento tal como fora proposto. Segundo este, são finalidades do Nepe:

Artigo 1º – O Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais (Nepe), vinculado à Faculdade de Educação, tem por finalidade constituir-se em instrumento articulador entre a Universidade do Amazonas, instituições, entidades e experiências nacionais e internacionais voltadas para a problemática da Educação Popular, concretizando as ações do Núcleo que se darão primordialmente na Região Amazônica.

Artigo 2º – O Nepe caracteriza-se por uma atuação orgânica e articuladora com os órgãos sociais e comunitários no campo da

Educação Popular, realizando pesquisas e sistematizando experiências educacionais, através de uma equipe interdisciplinar e multiprofissional.

De 1989, quando foi criado por quatro professoras, com adesão de três alunas, até 1992, envolvidos em projetos de pesquisa e extensão, o Nepe contava com 12 professores e 38 estudantes bolsistas, dos cursos de Pedagogia, Letras, Filosofia, Ciências Sociais, Educação Artística, História, Matemática, Educação Física, Química, Ciências do 1º grau, Economia, Geografia, Odontologia, Medicina e Agronomia, totalizando 50 integrantes e extrapolando, no âmbito da Universidade, o projeto inicial do Núcleo. Duas alunas bolsistas tornaram-se professoras, em 1991, através de concurso, continuando a participar da equipe do Nepe.

Docentes e discentes de diferentes áreas foram se integrando ao Nepe, que é constituído por uma equipe interdisciplinar e multiprofissional. Nesse sentido, parece-nos que as atividades realizadas pelo Núcleo vêm fortalecer o ensino, pois os professores que dele fazem parte incorporam a dimensão prático-reflexiva da educação, capacitando-se para superar a mera reprodução teórica em sala de aula.

Também os estudantes que desenvolvem projetos de pesquisa podem adquirir uma nova dimensão da formação acadêmica. Em contato direto com a realidade, eles apreendem o fato de que o seu compromisso profissional está imerso no social e incorporam maiores condições de ultrapassar o individualismo dominante entre os alunos, cuja maioria ingressa na Universidade aspirando a apenas ascensão social, através de um diploma de nível superior.

Havia, em 1992, três projetos de pesquisa, com nove bolsistas do Programa de Iniciação Científica, em andamento no Nepe: “Livro Didático Alternativo de Ciências”, “Alfabetização de Adultos na Perspectiva da Educação Popular” e “Retrospectiva Histórica da Educação Pré-Escolar no Estado do Amazonas”.¹⁰

Os projetos de extensão são desenvolvidos com bolsas de trabalho oferecidas pelas

¹⁰ Dos 12 bolsistas da Faced/Ufam e dos 33 de Ciências Humanas vinculados ao Programa de Iniciação Científica do CNPq, nove eram do Nepe, em 1992.

Pró-Reitorias de Extensão e de Assuntos Comunitários. Têm sua origem na articulação com setores organizados dos bairros São Lázaro, Petrópolis, São Francisco, Zumbi e Compensa. Os projetos de pesquisa têm se originado, em parte, da prática de extensão que os integrantes do Núcleo vêm desenvolvendo nos últimos dois anos com educação de adultos. Tais experiências tiveram início com os cursos de Metodologia da Educação de Adultos – Paulo Freire, coordenados pelo professor Nestor Deitos, que trabalha com seringueiros analfabetos, em Altamira, no Pará.

Além dos projetos de extensão e pesquisa, o Nepe tem recebido freqüentes solicitações de entidades do movimento popular, como é o caso dos professores indígenas vinculados à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); do Centro Magüta, de Benjamim Constant (AM), ligado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro e que trabalha com a nação Tukano; e do Movimento de Educação de Base (MEB/CNBB).¹¹

O Nepe tem participado também, de forma sistemática, do Fórum Permanente de Debates sobre a Amazônia (Foram) e, por indicação deste, do grupo de trabalho responsável pelo projeto “Meio Ambiente e Cidadania”, que tem por finalidade a produção de materiais educativos sobre o tema, destinado a pessoas com escolaridade de até as séries iniciais do 1º grau.

A diversidade de formações, a ampliação do número de integrantes, bem como dos projetos de pesquisa e extensão e de bairros onde tais projetos se realizam, ao mesmo tempo em que enriquecem as ações do Núcleo, pela apreensão de novas realidades e contato com entidades e/ou instituições, criam, às vezes, alguns problemas práticos, tais como: a saída e ingresso de novos bolsistas; o acompanhamento de projetos que se desenvolvem em bairros distantes; a substituição de professores orientadores, quando estes se afastam para efetuar cursos de pós-graduação. A maior parte dos professores atende a duas turmas na graduação; faz cursos de especialização ou mestrado;

coordena projetos de pesquisa, extensão ou interiorização. Um dos maiores problemas, desde o início de 1993, tem sido a ausência de, pelo menos, um(a) professor(a) com curso de mestrado e experiência em pesquisa que possa continuar orientando a equipe, constituída, na sua maior parte, de professores auxiliares recentemente concursados.

Esse é o Nepe, tentando sobreviver com muita dificuldade, mas com criatividade, procurando ser fiel aos princípios que nortearam a sua fundação. A Resolução 001/91 o institui na Faculdade de Educação, e a Portaria 020/92 aprova o seu Regulamento, reconhece as ações da coordenação anterior e nomeia coordenadora a professora Ronney da Silva Feitoza, uma das alunas que integrou a equipe inicial. Ambas são ações administrativas da direção. Deliberadamente, deixam de fora a existência real do Núcleo desde 1989. Nos limites dos “considerandos” e comparadas a outros atos administrativos, é possível perceber o processo de luta para a implantação do Nepe na Faculdade de Educação, que entendemos representar uma forma diferente de fazer/conceber a Universidade.

DO DISCURSO DA GREVE À AÇÃO DO NEPE

O Catálogo Preliminar de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais no Estado do Amazonas, como instrumento dinamizador de pesquisas, através das quais foi possível materializar o que antes era apenas sonho – a criação do Nepe –, tem importância fundamental para uma variedade muito grande de pesquisas educacionais. É dessa importância que se deduz a imprescindível existência de organismos de fomento à pesquisa, como o Inep e o CNPq, para a continuidade de experiências através das quais seja possível esboçar, a partir das práticas, um novo projeto de universidade pública, competente, democrática e popular.

Nesse processo, apenas uma das metas propostas pelo Núcleo se viabiliza muito precariamente, que é o fortalecimento do

¹¹ O Centro Magüta, em 1992, estava em fase de assinatura de convênio com a Ufam, para efetuar, em conjunto com o Nepe, curso de habilitação para professores indígenas tukanos, em nível de 2º grau. O MEB oficializou convite ao Núcleo para assessorar a avaliação do trabalho desenvolvido pela entidade no Estado do Amazonas.

mestrado em Educação da Faced. Percebendo o Núcleo talvez como um concorrente, o mestrado não tem sabido potencializar a capacidade geradora de conhecimentos decorrente tanto da natureza quanto das ações do Nepe, com o qual a troca de experiências e pesquisa cooperativa enriqueceria sobremaneira a ambos. Quem sabe essa perspectiva se torne viável, através dos professores integrantes do Núcleo e que são, ao mesmo tempo, alunos da pós-graduação.

O Nepe nasce dentro de uma greve e tenta materializar um novo fazer educativo que altere as tradicionais formas de ensinar e pesquisar. Não se propõe fazer uma revolução, mesmo porque “otimismo pedagógico” e “entusiasmo pela educação” há muito foram desmascarados como perspectivas ideológicas. Interpretações idealistas e de classe não atingem o cerne do problema: no vínculo da educação com a produção em que há exploração do trabalhador e o controle sobre o processo de trabalho estão as origens das desigualdades sociais e educacionais.

Não por acaso, a construção do projeto que deu origem ao Núcleo ocorreu no interior de uma greve. Os anos 80 foram fecundos na formulação de propostas às mais diferentes problemáticas, trazidas pelos movimentos sociais, em que se colocavam em xeque as leis e as práticas produzidas pela ditadura militar. Estudantes, funcionários e professores universitários participaram desse processo, seja, respectivamente, retomando sua entidade, a UNE, tornada proscrita, seja criando suas próprias entidades – Fasubra e Andes –, transformadas em sindicatos nacionais.

No conjunto das reivindicações dessas categorias é possível captar a exigência de reformulação estrutural da universidade, que seja pautada pelo compromisso com a sociedade brasileira. Movimentos populares, especialmente os ligados à Igreja (mas não só estes), recolocam para discussão a temática Educação Popular, muito forte no início dos anos 60, interrompida também pelo golpe de 1964. As questões colocadas pela Educação Popular, particularmente a relação entre o saber científico e o saber do povo, a democratização do ensino superior e

o direito das camadas subalternas à universidade, atravessam os debates nacionais. Nestes, aos poucos, vão se configurando alguns elementos constitutivos de uma proposta para a universidade brasileira, os quais irão subsidiar o projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tramita no Congresso, desde 1989, enfrentando todo o tipo de resistência e até boicote à aprovação de propostas, construídas no movimento de defesa da escola pública. É importante destacar que esse projeto não é de autoria de uma cabeça supostamente privilegiada, como a História tem mostrado ser comum no Brasil. Embora com um número muito aquém do desejado, enquanto expressão da cidadania, participaram do processo de elaboração da nova LDB muitas cabeças, muitas mãos, homens, mulheres, velhos, moços, brancos, negros, índios, mestiços, de todo o território nacional.

A criação de núcleos de pesquisa, de universidades populares, de universidades de trabalhadores, de seminários permanentes de educação popular, dentro ou fora de universidades públicas e/ou particulares, situa-se nesse processo em que estudantes e professores ultrapassam as questões corporativas para criar experiências alternativas de construir/pensar uma universidade. Há, nesse movimento, exigências comuns de democratização, de respeito ao pensamento divergente, de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e do compromisso social de uma universidade pública sustentada por recursos gerados pelo trabalho daqueles que dela estão excluídos: os trabalhadores. É no interior desse processo que estamos tentando avaliar o sentido de uma experiência como o Nepe, numa ótica diferente de fazer/ conceber a universidade.

Fazendo uma leitura das práticas cotidianas do Nepe, apreenderemos uma série de contradições que podem ser observadas nas dificuldades enfrentadas para dar continuidade à articulação com as instituições e os outros cursos, na execução dos projetos, na participação das reuniões ordinárias do coletivo do Núcleo no atendimento a novas demandas, na orientação aos projetos de pesquisa, na articulação com o mestrado, nas relações com a direção...

Mesmo considerando tais práticas como contraditórias, parece-nos que o Nepe representa uma mudança em relação à organização do ensino superior brasileiro. Mas aí reside o cerne da nossa problemática: até onde chega essa mudança? Até onde ela é definida por um determinado contexto e se altera à medida que mudam as circunstâncias que lhe deram origem? Em que a proposta pode ser caracterizada como nova? Em que ela aparece amarrada ao velho estatuto universitário ou à burocracia que caracteriza as instituições, e onde consegue romper com suas amarras? E mais, até quando a equipe terá forças para garantir a proposta naquilo que ela tem de original?

Nosso propósito neste trabalho não é trazer uma proposta pronta e acabada de núcleo, ou uma resposta definitiva às questões trazidas tanto pelos movimentos docente e discente como pelos debates acadêmicos. Nosso interesse é polemizar, a partir do entendimento de que o Nepe pode significar tanto uma alternativa quanto um limite àquelas questões e debates. Daí a importância de conhecer, analisar e compreender a proposta, pela contribuição que ela poderá oferecer apontando pistas para o ensino público superior, inclusive na construção de alianças com movimentos populares para sua defesa.

Nesse sentido, deixamos aqui uma interrogação: Até que ponto a proposta do Nepe da Faced/Ufam pode significar uma nova perspectiva de universidade e de educação, em termos da crise das licenciaturas (em especial de Pedagogia) e das dificuldades de formular/implantar currículos que respondam efetivamente às exigências colocadas pelas práticas docente e discente e que se caracterizem pela inovação? E em que medida a proposta esbarra em limites estruturais, institucionais, nas dificuldades colocadas pelo momento histórico de sucateamento das universidades públicas brasileiras, pelo jogo de forças sociais conflitantes nas quais se gera e pelas práticas contraditórias de seus participantes?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília: Eudf, Flacso, 1991.
- CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.
- _____. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- _____. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DUARTE, A. T. *Universidade e sociedade: superando o descompasso*. Goiânia: Ed. Associada à Abeu, 1990.
- DURHAM; SCHWARTZMAN (Org.). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo: Edusp, 1992. (Coleção Base, 2)
- FARIA, H. et al. *Educação popular em debate*. Petrópolis: Vozes, Nova, 1988.
- FÁVERO, M. L. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FÁVERO, M. L. (Org.). *A universidade em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.
- FERNANDES, F. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- GADOTTI, M. *Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- HOFFMANN, R. L. *Alienação na universidade: crise dos anos 80*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.
- HOUAIS et al. *Universidade e sociedade*. Campinas: Cedes, Anped, 1992.
- MARTINS, C. B. (Org.). *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- OLIVEN, A. C. *A paroquialização do ensino superior*. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 59-78: Histórico do ensino superior brasileiro.
- PENTEADO, S. A. T. *Participação na universidade: retrato em preto e branco*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- ROMANELLI, Otaiza. *História da educação no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1980. p. 17-55: Contribuição para uma definição do curso de Pedagogia.

VENTURA, Zuenir. *O ano que não terminou*. [S.l.: s.n.], 1968.

VERGER, J. *As universidades da Idade Média*. São Paulo: Unesp, 1990.

Textos, jornais, cadernos, revistas

BOLETIM DA ANPEd. 13ª Reunião Anual. Belo Horizonte, n. 1/2, jan./dez. 1990.

BOLETIM INFORMATIVO DA FAGED/UA. Conhecendo a Faced. Manaus: Ufam, v. 1, n. 1, jul.1986.

BUARQUE, Cristóvam. *O destino da universidade*. Conferência proferida no encontro promovido pela Associação de Mantenedoras de Ensino Superior, Florianópolis, ago.1991.

_____. Educação e desenvolvimento. *Paixão de aprender*, Porto Alegre, n. 3, p. 12-21, 1992.

CADERNOS DO ANDES. Propostas das associações de docentes e da Andes para a universidade brasileira. Juiz de Fora, n. 2, jul. 1986.

CADERNOS DO CEDES. Educação superior; autonomia, pesquisa, extensão, ensino de qualidade. São Paulo: Cedes, Cortez, n. 22, 1988.

_____. O público e o privado na educação brasileira contemporânea. São Paulo: Papyrus, Cedes, n. 25, 1988.

FREITAS, L. C. *A questão da interdisciplinaridade: notas para a reformulação dos cursos de Pedagogia*. 39 p.

JORNAL DA UNIVERSIDADE. Manaus: Ufam, n. 7, maio/jun. 1992; n. 8, jul./ago. 1992; n. 11, nov./dez. 1992.

NUNES, C. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 6, p. 151-182, 1992.

PEIXOTO, M. C. L. *Associação: ensino pesquisa na universidade: caminho de um discurso*.

20 p. Texto apresentado na XV Reunião Anual da ANPEd.

REVISTA DA ANDES. Universidade e sociedade. Brasília: Redilho Gráfica, n. 1, fev. 1991; n. 2, nov. 1991

REVISTA TEMPO E PRESENÇA. Saber científico e movimentos populares. São Paulo: Cedi, v. 12, n. 250, mar./abr. 1990.

RIBEIRO, Darcy. Universidade de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 83, p. 161-230, jul./set. 1961.

TEORIA E EDUCAÇÃO. Dossiê interpretando o trabalho docente. Porto Alegre: Pannonica, n. 4, 1991.

Documentos, dissertações e teses

ARAÚJO, N. Y. B. *O milagre dos manauaras: Zona Franca de Manaus*. Rio de Janeiro, 1985. 401 p. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas.

ATA do Conselho Departamental da Faced/Ufam de 24/8/1989. Cópia.

BARRETO, M. G. C. *Reflexões sobre a educação popular*. Trabalho apresentado no Seminário de educação popular e plano de trabalho do Centro de Atuação Permanente de Maués/AM. [S.l.], 1983. 4 p.

BEZERRA, A. A. *Algumas reflexões sobre o curso de Pedagogia*. [S.l.], 1985. 4 p.

BEZERRA, A. et al. (Coord.). Diagnóstico do setor educacional no Amazonas. *Estudos e Debates*, Manaus, 1991. Tema do fascículo: Avaliação da universidade: proposta e perspectivas.

COELHO, P. L. *A questão político-sindical na universidade brasileira*. Porto Alegre, 1992. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CONARCFE. IV E V Encontros Nacionais: documentos finais. Belo Horizonte, jul. 1989 e jul. 1990.

CRUZ, H. S. *Adequação do currículo de Pedagogia: habilitação em administração escolar e orientação educacional ao mercado de trabalho*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação

- (Mestrado) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- GARCIA, I. C. *Dificuldades na titulação em nível de mestrado: estudo realizado com os docentes da Faced/UA*. Niterói, 1979. 157 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.
- NÚCLEO DE ESTUDOS, EXPERIÊNCIAS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – NEPE. *Relatórios*. Manaus, 1989/1990.
- OLIVEIRA et al. *Proposta para o plano de pesquisa da Faced/UA*. [S.l.], 1986. 5 p. Documento encaminhado à Pró-Reitoria de Pesquisa.
- PARDO, M. R. *Contribuição do DTF/Faced/UA para uma proposta de reformulação do curso de Pedagogia*. Manaus, 1982. 2 p.
- _____. *Educação popular: alfabetização de adultas*. IV Encontro de Pesquisadores da Amazônia. Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal. Porto Velho, 1983. 3 p.
- _____. *Projeto: Seminário de Educação Popular*. [S.l.]: UA, Faced, Projeto Rondon, 1982.
- PROPOSTA de plano de ação conjunta da Faced/Ufam. [Manaus], 1990. 7 p.
- PROPOSTA de reformulação do curso de Pedagogia. [S.l.], 1988/1990.
- REGULAMENTO do Nepe. Aprovado pelo Conselho Departamental da Faced/Ufam em 1992.
- RIBEIRO, M. *De seringueiro a agricultor/pescador a operário metalúrgico: um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*. Belo Horizonte, 1987. 375 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- RIBEIRO, M. *Relatório de consultoria*. Manaus: Ufam, Faced, Nepe, 1993. 36 p.
- RIBEIRO M.; MELO, C. *Catálogo preliminar de estudos, experiências e pesquisas educacionais no estado do Amazonas*. Manaus: [s.n.], 1992. Pesquisa financiada pelo Inep.
- RIBEIRO M.; MELO, C. *Projeto de dinamização do Nepe*. Aprovado pelo Conselho Departamental da Faced, 1989, e pelo Inep, 1990.
- SEMINÁRIO INTERNO SOBRE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 2., 1982. *Anais...* Manaus: UA, 1982. 28 p.
- SEMINÁRIO sobre Pesquisa Educacional na Amazônia. Belém, 1983. 2 p.
- SILVEIRA, E. et al. *Educação no meio rural do Amazonas*. Manaus: [s.n.], 1986. 55 p. Trabalho apresentado no II Seminário de Pesquisa Educacional na Amazônia.
- TURINO, Malena et al. *Estudo preliminar para o estabelecimento da linha de pesquisa da Face/UA*. Cuiabá: [s.n.], 1981. 13 p. Documento elaborado para o Encontro e Pesquisa Educacional.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. *Relatório final para a formulação da política científica da Universidade do Amazonas*. Manaus, 1981. 6 p.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. FACED. Portaria 020/92 da Direção. Aprova o Regulamento do Nepe e reconhece a coordenação.
- _____. *Reformulação dos cursos de formação de recursos humanos para a educação*. [Manaus], 1982. 9 p. Documento encaminhado para a Sesu/MEC.
- _____. Resolução 001/91 da Direção. Institui o Nepe na Faced.
- VASCONCELOS, H. C. et al. *Documento final do seminário sobre reformulação dos cursos de preparação de recursos humanos para a educação*. Manaus, 1981. 6 p.
- WEIGEL, V.; MELO, C. *Elementos para a discussão das linhas de trabalho na Faced/UA*. Manaus: [s.n.], 1988. 5 p.
- ZADOROSNY, L. *Orientação educacional no 3º grau de ensino: subsídios para a implantação de um Centro de Orientação Educacional na Faculdade de Educação da Universidade do Amazonas*. Rio de Janeiro, 1981. 211 p. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas.